

Beneficiárias do Bolsa Família: autonomia e barreiras do estigma

Ananda da Silveira Viana¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise teórica e empírica acerca das representações e construções morais sobre beneficiárias do Bolsa Família da favela do Alemão. Analisando as narrativas das beneficiárias entrevistadas e aproximando com demais trabalhos, visamos perceber como questões de distinção, estigmas e representação de papéis postos socialmente aparecem em suas falas e como influenciam tanto suas percepções e formas de agir, quanto uma possível conquista de autonomia. Desta forma, o trabalho se centra em observar como se dá a construção dos estigmas sobre beneficiários de políticas sociais e como isso afeta suas autonomias e suas escolhas.

Palavras chave:

Bolsa Família, autonomia, representação, estigma

¹ Discente de mestrado em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Contato: (24) 999375279

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 sob o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sob responsabilidade do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS². Um dos maiores programas de transferência de renda da América Latina e do mundo, o BF é um Programa de focalização em famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social.

O objetivo do programa é combater a extrema pobreza e a exclusão social a curto e longo prazos, atacando de forma imediata a fome e a miséria das famílias, inserindo-as em políticas sociais universais, como saúde e educação e visando romper a longo prazo com o ciclo intergeracional de pobreza. O benefício é transferido para famílias com renda per capita de até 89,00 mensais sem filhos ou para famílias com renda per capita de 178,00 mensais por pessoa com filhos de 0 a 15 anos. O valor básico repassado é de 89,00 mensais por pessoa, podendo variar de acordo com a composição familiar.

Em 2015, cerca de 13,9 milhões famílias foram beneficiadas pelo programa, atingindo cerca de 50 milhões de pessoas segundo o MDS³, sendo que, em 2015, 93%⁴ das titulares do programa eram mulheres. Importante salientar que o programa visa preferencialmente à população feminina que deve ser a responsável pela administração do dinheiro e consequentemente sobre as decisões de compra. Isso se deve, por um lado, às reivindicações dos movimentos de mulheres e, por outro, a algumas plataformas internacionais sobre a necessidade de focalizar as mulheres nas políticas sociais de combate à pobreza. Para os gestores do programa, a focalização também é uma tentativa de proporcionar maior autonomia para as mulheres dentro de casa e na tomada de decisão sobre como utilizar o dinheiro do programa. Porém, essa focalização também coloca a cargo das mulheres o compromisso com as condicionalidades do programa, e consequentemente com as responsabilidades com os filhos, reforçando o papel das mulheres como cuidadoras e responsáveis pelo bem-estar da família.

Levando em conta que a pobreza é um fenômeno multidimensional – como já havia afirmado Simmel e como já aparece em publicações como do IPEA - devemos, então, abarcar

² Hoje (2019), sob o governo de Jair Bolsonaro, o MDS foi transformado em Ministério da Cidadania.

³ Acessado em março de 2016.

⁴ Dado referente a 2015.

outras dimensões e diversos tipos de marcadores sociais da diferença para delineararmos de qual pobre estamos falando. Assim, levamos em conta fatores como classe social, raça, gênero, localidade/moradia e atendimento social, percebendo como estes se interligam na análise multidimensional da pobreza.

Os marcadores sociais da diferença buscam explicar como são constituídas diferenças e desigualdades a partir de características que são socialmente naturalizadas. Socialmente, essas diferenças são percebidas como autoexplicativas e como naturais, criando padrões de diferenciação entre um padrão que é dominante e tudo aquilo que desvia dele. São criadas, então, percepções pautadas em diferenças hierarquizantes entre os indivíduos. Questões como pobreza, criminalidade e ausência de “qualidades” morais e intelectuais são socialmente associados como naturais de um grupo. Essa construção de distinção afeta diretamente a construção pessoal e subjetiva da autoimagem dos indivíduos.

As beneficiárias do Bolsa Família, de forma geral, são mulheres em situação de vulnerabilidade social, que exercem (sozinhas ou com auxílio de outros membros da família ou da comunidade, em sua maioria mulheres) a maternidade, conciliando com outras formas de trabalho (como trabalho doméstico remunerado e/ou outros tipos de trabalhos informais). São mulheres pobres e, em sua maioria, mulheres negras. Mulheres que recebem cargas de construções morais sobre quem são desde que nasceram e que pautaram suas construções subjetivas nisso.

Levantamos como hipótese neste trabalho que ser beneficiária induz a uma rotulação tradicional de maternidade e uma construção de estigmas. Essas construções podem ser entraves e barreiras para o reconhecimento social e conquista de autonomia pessoal por parte de mulheres beneficiárias do BF. Sendo assim, construções morais e valorativas sobre essas mulheres, suas ações e decisões – como serem categorizadas como “boas mães” ou “más mães” a partir de suas ações – pode dificultar e enfraquecer a construção de uma auto percepção positiva sobre si mesmas.

Dentro do debate acadêmico sobre o BF há a defesa de que a titularidade do Programa proporciona autonomia e cria mecanismos de rompimento à dependência de gênero. Rego (2014), Suárez e Libardoni (2005/2007) colocam que o Programa, ao proporcionar uma renda no nome de mulheres pobres, proporciona a elas um controle do dinheiro, dos gastos e do consumo que, em grande parte das famílias, não fazia parte de suas realidades. Desta forma, o Programa seria capaz de proporcionar autonomia às mulheres, maior liberdade de escolha e de decisão. Para Rego, um grande efeito do Programa seria na autonomia pessoal e na autoestima

das mulheres beneficiárias. Ser atendida pelo Estado por uma política social, ter a tranquilidade de uma renda mensal, ter a liberdade para utilizar o dinheiro do benefício e ser vista como compradora confiável pelos comerciantes seriam fatores que contribuiriam para a promoção da identidade pessoal e autoestima de mulheres que até então tinham seus protagonismos apagados.

Suárez e Libardoni, inclusive, entendem que a autonomia proporcionada à mulher está ligada à maternagem, e não veem isso como um problema. Isto porque para elas o dinheiro repassado às mulheres é legítimo, pois são elas que estão em maior contato com as necessidades da casa e dos filhos e que historicamente cumprem esses papéis.

Além disso, as autoras percebem que há de fato uma reprodução sexual do trabalho através do cumprimento das condicionalidades, mas que isso não ocorre por causa do Programa, e muito menos foi criado por ele, mas sim porque estas mulheres sempre desempenharam estas funções. Sendo assim, a autonomia da mulher refere-se à esfera doméstica, uma autonomia dela enquanto mãe e dona de casa. As beneficiárias passarem a ser provedoras e tomarem decisões dentro de casa representa uma alteração na hierarquia familiar e uma tomada de autonomia considerável.

1. Identidade e representações

A formação de nossa identidade social perpassa, como apontaram Goffman e Taylor, pelas relações interpessoais que criamos com os outros e com a interpretação que fazem de nós. As relações sociais, numa perspectiva goffiminiana, dependem de interações sociais entre sujeitos diferentes e os papéis que interpretam e as formas com que seus interlocutores entendem esse papel. Ou seja, cada sujeito social representa um papel dentro de um grupo social e espera que o outro responda aos sinais que estão sendo passados. Goffman (2002) argumenta que criamos nossas identidades pessoais através das interações que temos com outras pessoas. A forma com que um indivíduo ou um grupo social nos vê influenciará a forma com que nós mesmos nos vemos. Assim, a formação de nossa auto identidade é composta pela interpretação que os outros fazem de nós e pela forma com que captamos a interpretação destes. Logo, é uma relação mútua que tem como base as relações interpessoais.

Goffman (2004) destaca que o relacionamento com alguém pode representar a identidade social do outro. Desta forma, o estigma não se trata apenas de algo individual, pessoal e específico. Ele se dá através de socializações, normalizações de determinadas

características e atributos, grupo social e relações e relacionamentos interpessoais. O estigma é responsável por influenciar, ou até mesmo, criar a identidade pessoal do sujeito. A característica negativa de sua personalidade ou de seu corpo se destaca entre as demais características e o próprio indivíduo acaba se resumindo apenas àquele atributo. O que leva a uma formação subjetiva enfraquecida.

Além disso, o autor destaca também que os estigmas sobre atributos depreciativos de algum sujeito geram, neles, um sentimento de vergonha, o que leva a um auto ódio e autodepreciação que se manifestam entre o sujeito e ele mesmo. Ou seja, como a formação de nossas imagens e identidades dependem também de nossas interações face a face, sujeitos que sofrem formas de estigmas e depreciações internalizam esses traços e criam imagens negativas sobre si mesmos. O que Honneth, por exemplo, chamou de formas de desrespeito. Na formulação de Honneth (2003), para que os indivíduos possam desenvolver um auto relacionamento positivo e saudável é necessário que eles desenvolvam a sua concepção de boa vida sem sofrerem formas de desrespeito. Ou seja, ao ter uma experiência de reconhecimento, o sujeito deve adquirir um entendimento positivo sobre si mesmo. Quando esse entendimento não é positivo, o indivíduo experimenta uma forma de desrespeito.

A identidade pessoal do pobre, que sofre formas de estigmas, de distinções e de injustiças, é construída a partir do que se entende como pobre mas também é remontada a partir de controles de normalidade postas por esse mesmo grupo. Desta forma, quando um pobre não beneficiário ou beneficiário afirma sua identidade de “trabalhador”, de “que corre atrás”, de que “não precisa ficar encostado” ele cria mecanismos de diferenciação entre eles e os “outros pobres”, aqueles que precisam de ajuda do Estado e cria/reforça formas de estratificação.

É o que identificados através de nosso trabalho empírico: as mulheres beneficiárias do Bolsa Família entrevistadas se sustentam em narrativas morais de merecimento e de exercício da maternidade para estabelecer uma distinção entre elas e “as outras”. Quando recorrem a discursos meritocráticos e valorativos para legitimar sua posição de beneficiária, traçam processos de distinção entre elas e outras beneficiárias que são tidas como “não merecedoras” e “mães ruins”.

A construção da auto imagem, da identidade e da autoestima de cada sujeito é fruto das interpretações que os outros e a sociedade fazem sobre esse indivíduo, seu grupo e suas marcas. Estar fora de um “padrão” social – como a masculina, branca, rica e heteronormativa – constrói sujeitos que se veem com desprezo e inferioridade, mesmo que não o sintam de forma

consciente. A construção subjetiva é, então, uma via de mão dupla. Ela é construída pelo o que a sociedade impõe como regra, moldada através das relações com os outros e interiorizada pelos indivíduos através de suas relações interpessoais. Lahire (2004) coloca, inclusive, que para compreender os próprios fenômenos identitários é necessário conhecer, também, os processos de socialização aos quais os sujeitos foram submetidos “a fim de reconstruir as disposições que eles constituíram e que fazem com que ajam de determinado modo” (LAHIRE, 2004. p.317). O autor destaca ainda que a produção do indivíduo como indivíduo singular e autônomo costuma ser pautada no conteúdo dos discursos, mas que os estudos das instituições, dos dispositivos sociais ou das configurações de relações de interdependência também impactam na construção da identidade de si para si.

Por identidade Taylor se refere a quem somos, “de onde viemos” e ao que nos faz compreender nossos gostos, desejos e aspirações. De acordo com ele, a descoberta

de minha identidade não implica uma produção minha de minha própria identidade no isolamento; significa que eu a negocio por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro. Eis por que o desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. Minha própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros (TAYLOR, 2000. p.247).

Não reconhecer outro sujeito enquanto cidadão, enquanto pessoa, enquanto indivíduo com necessidades e particularidades; negar o reconhecimento de que esta pessoa é socialmente igual e detentora dos mesmos direitos, é negar a ela uma construção positiva de sua identidade pessoal e de sua autoimagem. Sem o reconhecimento, essa construção subjetiva se desenvolve de forma comprometida. A falta de reconhecimento ou um reconhecimento incorreto aos sujeitos sociais podem causar sentimentos de inferioridade, subalternidade, fraqueza, dependência, falta de dignidade e liberdade, bem como a naturalização de discriminações e opressões.

A partir disso, podemos pautar que as beneficiárias do Bolsa Família, assim como qualquer outro indivíduo, constrói suas identidades através de suas interações pessoais e na percepção do outro sobre si mesmas. Se constroem enquanto indivíduos, mulheres e mães. As trocas simbólicas passadas nas interações e as interpretações de terceiros são internalizadas por elas e influenciam a construção de suas identidades. Desde a infância, recebem sinais pautados em suas marcas sociais (mulheres que são pobres e/ou negras). Como colocado por Taylor, fazem parte de grupos sociais marcados por diferenças sociais e internalizam as interpretações que o padrão social faz delas. Assim, naturalizam interpretações degradantes pautadas em

misoginias, racismos e preconceitos de classe. Para além disso, se tornam beneficiárias do Bolsa Família. Passam a lidar (percebendo ou não) com produções morais e estigmas sobre o que se pensa ser um beneficiário de um programa social e sobre suas capacidades maternas.

É o que tentaremos abordar ao longo do trabalho. Formas de desrespeito, um reconhecimento errôneo e a estigmatização podem ser fatores que prejudicam a identidade pessoal dessas mulheres e influencia em suas ações e decisões. Podem interferir na forma com que se veem e desenvolvem suas autoestimas. Além de sermos atores sociais e nos construirmos, tanto social, quanto pessoalmente (e internamente) através de nossas interações, como colocaram Goffman e Taylor, a interpretação que fazemos de nós mesmos influencia na nossa própria conquista de autonomia, uma autonomia que vai para além da questão financeira. Se sentir capaz, importante, com valor e se ver como uma pessoa que não é apenas mãe, mas é também alguém (com vontades, necessidades, objetivos) é fator de extrema importância para promoção de nossa autonomia.

As teorias postas por Honneth e Taylor são, aqui, apenas instrumentos metodológicos para explicar categorias de autorrelação e auto percepção e categorias de injustiça e de desrespeito (pautado em discriminações e estigmatizações), bem como fez Émill Sobottka (2015), como recurso para analisar a narrativa das mulheres entrevistadas. Elas não possuem os meios linguísticos e simbólicos para dizer que sofrem formas de desrespeito, de estigma e que não são devidamente reconhecidas, tal qual estamos apontando aqui. Contudo, elas sabem e expressam que a forma com que o Estado age com elas, seus familiares e sua vizinhança através de operações militares dentro da favela, por exemplo, são ações injustas e desrespeitosas. Mesmo que a categoria racismo não esteja dentro da narrativa delas, elas apontam o quanto o Estado oprime os trabalhadores da favela (através de operações militares e das ações dos policias para com a comunidade) e o quanto o marcador de raça influencia para práticas violentas (como uma das entrevistadas, que afirmou que seu marido foi preso por “ser escuro”⁵ e morar na favela).

1.1. Autonomia e construções morais

Dentro do debate sobre políticas de gênero há sempre a ênfase em duas possibilidades: reforçar os padrões de papéis tradicionais de mulher e de homem, ou transformá-los e combater

⁵ Termo utilizado por ela em sua fala.

a tradicional hierarquia de gênero. Para Carloto (2011), por exemplo, o primeiro caso significa uma “generificação” da política social “a qual pode se dar por meio da “funcionalização” dos papéis sociais de gênero desempenhados sobretudo pelas mulheres pobres, como é o caso do público beneficiário do PBF” (CARLOTO, 2011. p.08). Os desafios, portanto, são promover autonomia e independência passando por mudanças nos padrões tradicionais de gênero, nos papéis femininos do cuidar e da ultra responsabilização das mulheres com tarefas reprodutivas. Como apontou Jelin (1995), a transformação de democratização das relações de gênero depende de uma nova socialização da esfera doméstica, onde os trabalhos da esfera produtiva e da esfera reprodutiva sejam re-partilhados e compartilhados entre as mulheres e os homens.

A dificuldade de se adquirir autonomia, promoção da afirmação e promoção das capacidades demonstra a dificuldade das ações do Estado de considerar a mulher não enquanto mãe, mas enquanto indivíduo e sujeito de direitos sociais. Logo, não é o Bolsa Família o responsável por reproduzir lógicas de papéis tradicionais de mãe/pai, cuidador/provedor, mas é operacionalizado dentro dessa lógica que desloca a mulher como sujeito portador de direitos para categorias do cuidar. Nesse sentido, como afirmou Carloto, a categoria gênero (que estrutura as relações familiares), se torna o centro das concessões de benefício invisibilizando a mulher para além do seu papel materno.

Com isso, Carloto e Mariano (2009; 2012) sustentam sua crítica à noção de autonomia que o programa BF proporciona às mulheres beneficiárias. Primeiro porque a noção de autonomia é vaga e não delineada, e segundo porque essa autonomia, caso tenha, se limita à esfera financeira e à autonomia da mulher enquanto mãe (autonomia sobre os filhos, autonomia sobre decisões relacionadas ao lar, autonomia de como o dinheiro será usado para a casa e etc) o que, conseqüentemente, reproduz a lógica maternalista sobre a mulher: a obrigação do cuidar. Sendo assim, as atribuições postas às mulheres, como o cumprimento das condicionalidades, auxiliam na reprodução de um papel histórico das mulheres e não as emancipa enquanto mulheres e cidadãs. Além disso, a noção de “gratidão” por receber o benefício e a pressão e o estigma sobre elas, em determinados casos, as impedem de utilizar o dinheiro em benefício próprio, pois seriam vistas como “más mães”, “pessoas egoístas”, “aproveitadoras”, que são fatores que contribuem para repensar em qual sentido de fato há autonomia da mulher enquanto sujeito, e não apenas enquanto mãe.

Além do mais, pensar em beneficiárias do Bolsa família é apontar também que, além de mulheres pobres, são também mulheres negras, marginalizadas, que carregam diversas

cobranças e julgamentos morais. Cerca de 73% das beneficiárias são negras. Como aponta Davis (1981), a maternidade e o papel social de mãe não é colocado da mesma forma entre mulheres brancas e/ou ricas e mulheres negras e/ou pobres. Por isso, pensar em julgamentos morais e construções identitárias sobre mulheres beneficiárias é trazer, também, uma imagem já fragilizada pelo racismo, pelo sexismo e pelo preconceito de classe. É abordar, também, uma pressão ainda maior sobre a maternidade. Como aponta Scavone (2001), a maternidade foi ligada à feminilidade, a um sentimento inato e natural às mulheres. Contudo, a construção é diferente para mulheres pobres e negras, vistas e colocadas como mão de obra barata e precária. A coerção e o controle sobre mães pobres e negras está intrinsecamente relacionado ao racismo estrutural: enquanto mulheres brancas e ricas são motivadas a pensar que a maternidade é algo puro, natural e divino, a maternidade para mulheres negras é colocada como irresponsabilidade e falta de controle de natalidade. Davis utiliza, inclusive, como exemplo, a reivindicação da esterilização forçada como forma de controle de natalidade, uma prática racista e classista que desumaniza mulheres negras e retira suas liberdades de escolha.

As pressões sobre mulheres beneficiárias se tornam maiores quando pensamos na vigilância sobre o dinheiro e sobre suas ações. Mulheres beneficiárias precisam “comprovar” a todo tempo que estão utilizando o dinheiro do benefício em prol dos filhos, não de si mesmas. E devem arcar com julgamentos morais quando utilizam o dinheiro para algo pessoal (como comprar um batom).

Como salientou Marins (2017), na pesquisa realizada por ela⁶, a vizinhança constrói discursos morais sobre as beneficiárias, categorizando-as como “boas mães” quando estas são presentes, atenciosas, estão executando as tarefas domésticas e estão usando o dinheiro do benefício “de forma adequada” (que seria para consumo de alimentos, roupas, materiais escolares para os filhos) e como “mães ruins” quando não estão presentes, quando não dependem mais tempo de seus dias para eles e quando utilizam o dinheiro do benefício para coisas particulares. Desta forma, podemos pensar que a maternidade construída sobre mulheres beneficiárias carrega cobranças sociais, vigilâncias, estigmas e controles a todo momento.

O Estado, ao visar o combate à pobreza e às desigualdades, enfocando a desigualdade de gênero e visando proporcionar uma autonomia historicamente negada às mulheres, através

⁶ Pesquisa realizada por Marins em 2011 no município de Itaboraí

de políticas sociais e políticas de redistribuição de renda, reforça o papel social dessas mulheres e sobrecarrega suas tarefas e funções. Segundo Carloto e Mariano (2009),

o Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo, grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas, sendo estas, via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas. Ao fazê-lo, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social (CARLOTO, MARIANO, 2009. p.902).

No caso das beneficiárias do Bolsa Família, o estigma está fortemente marcado pela maternidade e a divisão sexual do trabalho. Assim, essas mulheres, além de serem fiscalizadas pelos agentes públicos (como forma de garantir que estas estejam cumprindo com as condicionalidades do Programa e, assim, aptas a receber o benefício), são vigiadas, também, pelas suas vizinhanças, famílias e redes de relacionamento. Esses controles sobre as beneficiárias, inclusive, podem se dar de diversas formas, como através de comentários, fofocas, questionamentos, brigas e denúncias. E essas formas de controle representam formas de poder. Assim sendo, como argumentaria Foucault, os micro poderes, que vão para além da fiscalização do Estado, se estabelecem nas relações interpessoais entre beneficiários e não beneficiários. E esses estigmas podem variar desde estigmas sobre o papel de assistido (como o de “preguiçosa” e “encostada”), quanto sobre o papel social de ser mãe (através de pequenos controles sobre como estão cuidando de seus filhos, de quais formas estão redirecionando este dinheiro e se são “boas mães” e “más mães”).

A construção de estigmas e de moralidades são tidas também como formas de desonra e tendem a interferir no subjetivo desses sujeitos. Essas construções podem ser entraves para o reconhecimento e conquista de autonomia pessoal por parte de mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Além disso, esses controles, que se dão também nas interações sociais, podem interferir na independência e na autonomia dessas mulheres. Ou seja, para fugir de julgamentos, as beneficiárias podem criar mecanismos de autovigilância para garantir que estão passando, para os outros, uma “boa imagem”. Isso pode se dar de diversas formas, como se manter presente no dia a dia dos filhos, evitar comprar itens pessoais para si mesmas e garantir que estão utilizando o dinheiro do benefício da maneira com que os outros interpretam como correta.

2. O trabalho de campo

Nossa pesquisa e campo, ainda em desenvolvimento, tem como foco observar e analisar o dia a dia, os discursos e as funções realizadas por mulheres beneficiárias do Bolsa Família. Nosso campo é feito na favela do Complexo do Alemão, na altura da Nova Brasília, Ramos, Rio de Janeiro. Foram entrevistadas, até o momento⁷, quatro mulheres beneficiárias do BF, todas negras, entre 23 a 35 anos, que residem próximas umas às outras.

Como o trabalho é realizado dentro de uma favela da Zona Norte (subúrbio e área empobrecida do Rio) redes de solidariedade foram muito destacados. O que pudemos perceber, até o momento da pesquisa, é que as beneficiárias contam com a ajuda dos familiares e dos vizinhos para cuidar dos filhos e também para solicitar o benefício do Bolsa Família. Aqui, mais do que ser visto como fracasso, o BF é colocado como um direito, “eu pedi o bolsa porque minha tia dizia que era um direito meu”, afirmou uma das entrevistadas.

Para a Beneficiária 2, as relações e redes de apoio se estendem à vizinhança. Além de ter família por perto, ela conta com a ajuda e o apoio dos vizinhos. Tanto para “ver” (tomar conta) de seus filhos, quanto para disponibilizar alguma forma de trabalho. A entrevistada começou a trabalhar de faxineira e diarista a pouco tempo, e diz que os vizinhos a ajudam bastante com isso, “sempre dando algum trabalho pra fazer”. Diz que quem mais a ajuda com isso é a família da entrevistada A, onde a própria, a mãe e a tia sempre a chamam pra fazer faxina em suas casas. E, quando surge alguma faxina em cima da hora, ela sabe que pode contar com a vizinha para ficar com seus filhos. Como bem colocou Telles (2008),

A convivência com os vizinhos, bem como reclamar dos vizinhos faria parte da sociabilidade local. Além dos contatos com a vizinhança, a visita aos parentes, o lazer se resume ao bairro: participação nos ritos religiosos, nas redes de lazer locais etc. Para as mulheres, o relacionamento com os vizinhos ocorre sobretudo em função dos afazeres, do descanso e do cuidado das crianças (TELLES, 2008. p.139)

O que se destaca nas falas das entrevistadas é a constante distinção entre elas e as “outras beneficiárias”. Elas afirmam que não sofrem discriminações e estigmatizações⁸ porque são beneficiárias “legítimas”. Porque, “diferente das outras”, não ficam “encostadas” esperando cair o dinheiro do Bolsa Família. Elas representam (tanto no dia a dia, quanto nas falas comigo)

⁷ Nosso objetivo é realizar de 10 a 15 entrevistas com mulheres que morem em casas próximas umas das outras.

⁸ Termos utilizados e interpretados por mim.

um papel de “boa beneficiária” e de “boa mãe”, que não pensa nas suas necessidades antes de pensar nas dos filhos.

Mais do que serem estigmatizadas pelos vizinhos, elas visam, a todo momento, mostrar que são beneficiárias “porque não tem saída”, “porque realmente precisam” e, se não fosse o desemprego, a ausência do pai das crianças ou a recém saída do marido de uma das entrevistadas da prisão, elas não teriam recorrido ao Programa⁹. Mas, mesmo com todas as dificuldades, colocam elas, elas procuram formas de trabalho e de garantia. Para elas, o problema são mulheres que recebem o benefício e não fazem nada para “mudar de vida”. O estigma recai para mulheres que, ou não precisam do benefício (na interpretação delas) e recebem, ou recebem e não cuidam “direito” dos filhos (de acordo com o que elas interpretam e pautam como correto, como não estar presente, como não vestir bem os filhos, como “deixar os filhos largados”, como não levar para a escola ou creche, como escolher comprar coisas para si antes de comprar para os filhos). Como afirmou ela,

“Tem preconceito essas que tipo, tem vários filhos e não procura fazer nada [...] Porque assim, ela [outra beneficiária] depende dele [do marido] pra tudo. Mas ela tem força, ela tem saúde, ela não trabalha, mas ela poderia trabalhar. As crianças não ficam o dia todo na escola? Poderia trabalhar [...]. Porque hoje elas tão recendendo, a gente não sabe o amanhã, não é uma coisa fixa [...]. O que a mãe vai dar de exemplo, se a mãe não trabalha pra sustentar o filho, não tem uma profissão, como ela vai dar exemplo pro filho ser alguma coisa a mais [...]. Tipo a [a segunda entrevistada], que tá vindo aqui, ela é guerreira pra caramba, ela faz faxina, qualquer faxina ela tá pegando, entendeu, ela sustenta os filhos dela. Então assim, isso é um espelho pra filha dela, ‘vou querer estudar pra ser alguma coisa na vida pra ajudar minha mãe amanhã ou depois’ [...]” (BENEFICIÁRIA 1).

Desta forma, percebemos uma forte marcação de distinção entre elas “e as outras”. Para a entrevistada, todos os beneficiários que tem condições de trabalhar, inclusive, deveriam trabalhar para receber o Bolsa Família.

A todo momento em suas falas elas trazem justificativas (tanto para mim, quanto para os outros), por serem beneficiárias. A fim de evitar os julgamentos morais, a entrevistada B afirma que o benefício é um “algo a mais”, já que viver só da faxina, um trabalho incerto, não é o suficiente para dar tudo que os filhos precisam. Em determinado momento, ela afirma que “as vezes fica sem graça” por ser beneficiária por tantas pessoas precisarem (até mais do que ela, afirma), e por ter condições (tanto clientela, quanto saúde) para trabalhar com faxina. Aqui,

⁹ Aqui, podemos perceber que, mesmo o Bolsa Família sendo tratado como um direito delas em suas falas, ele não é visto como uma política pública que é um direito posto a toda população pobre e empobrecida do país.

percebemos uma reprodução valorativa (posto por ela mesma), no sentido de questionar seu merecimento por ter um trabalho (e por ter saúde para “correr atrás e trabalhar”). Por trabalhar de faxina para seus vizinhos, a entrevistada fica receosa de comentarem dela estar “encostada” recebendo o BF. Contudo, confirma, a todo momento, que realmente merece, “senão nem estaria recebendo”.

Nas entrevistas, o estigma aparece como um marcador de distinção, um limite entre elas, as “boas beneficiárias” e as outras, aquelas que “não precisam e recebem”. No trabalho realizado por Marins, o estigma era produzido e reproduzido pelos pobres não beneficiários e os agentes municipais sobre os beneficiários e construções de fronteiras simbólicas entre “bons pobres” e “maus pobres” e “boas mães” e “más mães”. Aqui, mais do que uma construção nas interações face a face, o estigma representa uma reprodução do senso comum pautado em estereótipos e controles de classe. As beneficiárias reproduzem o que a ideologia dominante coloca: o controle sobre os pobres, narrativas de meritocracia, argumentos classistas pautados numa falsa realidade – a de que todos tem as mesmas condições de trabalhar e que quem pede ajuda do Estado é “encostado”.

Contudo, mesmo afirmando que não sofrem formas de discriminação por serem beneficiárias e que a família dá todo apoio por terem solicitado e conseguido o Bolsa Família, a Beneficiária 1 nos conta que sua irmã (com quem não tem uma relação próxima), que não recebe o BF (mesmo dentro dos critérios de elegibilidade), comentava que ela “ficava com o dinheiro do Bolsa Família das crianças”. Como forma de legitimar seu merecimento, a mãe da entrevistada argumentava que a filha “não ficava com um real do benefício” e que ia “tudo para o plano de saúde das crianças”.

Mais do que uma produção de estigmas sobre marcas sociais, o papel de beneficiária, aqui, marca uma distinção entre duas categorias de beneficiárias e de mães. Em suas interações, elas assumem um papel de boas beneficiárias e de boas mães para justificar e legitimar o merecimento pelo benefício. Sua identidade pessoal, na perspectiva goffmaniana, é marcada pela comprovação de uma imagem de sujeitos que trabalham, que correm atrás, que exercem direito suas funções e que apenas tem o benefício do Bolsa Família porque são mães preocupadas, que colocam seus filhos à frente de qualquer coisa. A fuga constante de serem caracterizadas como aproveitadoras (e como “as outras” apontado por elas) e a comprovação de que são mães que exercem adequadamente suas funções se mostram como um dos componentes de suas identidades pessoais.

Aqui, a autonomia feminina, a autonomia da mulher enquanto sujeito social, é apagada. Toda a autonomia pessoal delas é resumida e direcionada à maternidade e à reprodução do papel social de mãe. Quando argumentam que só utilizariam o dinheiro do benefício para algo pessoal se não faltasse nada a seus filhos, confirma a necessidade de comprovar que são merecedoras, que são mães exemplo e que não é necessário se preocupar com elas.

Quando perguntada sobre se sentir uma mulher independente, a Beneficiária 1 afirma que já foi mais. Porque ela já conseguiu fazer mais pelas filhas delas. Porque ela trabalhava e conseguia comprar tudo para as filhas. Mas não mais. Agora depende mais do marido. A autonomia é limitada, tanto por ela depender financeiramente do marido, e por não ser a provedora para as suas próprias filhas, quanto por ela não se enxergar enquanto um sujeito social independente da maternidade. O objetivo dela se formar no curso técnico, arrumar um bom emprego e ter uma boa vida se resume ao exemplo que dará para suas filhas. Como ela falou,

“Já fui independente, pagava minhas conta, sustentava minha filha [...]. Hoje não, hoje eu sou dependente, da minha mãe, do meu marido, do meu Bolsa Família [...]. Eu acho que é uma fase. Como eu já fui independente, já tive o meu, não tenho medo de trabalhar [...]. Hoje eu me acho dependente deles, mas sabendo que amanhã eu vou ser independente. Aliás esse curso, todo dia quando eu acordo de manhã, aquela prova, aquela matéria muito difícil eu penso ‘é pro futuro da minha filha, das minhas filhas, é pra minha independência financeira’”.

Ela vê na educação o meio para sua independência financeira (para que não dependa mais do marido, da família e do benefício do Estado) e a saída que ela quer e espera para as filhas dela. Para ela, a educação é o caminho para superar sua situação de pobreza e proporcionar mais oportunidades a suas filhas. Mas tem dificuldade de enxergar o papel do Estado nisso. As frequentes operações militares na favela, a suspensão de aulas em dias de operação, o fechamento de escolas, as dificuldades de matrícula nas escolas e creches públicas, a falta de políticas de apoio ao trabalho reprodutivo¹⁰ e o distanciamento da universidade da realidade dela são fatores que a faz duvidar do papel do Estado na transformação de sua vida e na de suas filhas. Por isso, percebemos como a ausência do Estado é um dos fatores que limita o reconhecimento dessas mulheres.

¹⁰ Ela, inclusive, nos fala da dificuldade de ir para o curso quando tem operação militar e/ou quando a creche suspende suas atividades por algum motivo, não conseguindo deixar a neném com outra pessoa.

A identidade das mulheres beneficiárias, aqui, é pautada na busca por distinções morais e comprovações de que não fazem parte daquele grupo interpretado como “acomodado”. Assim, suas identidades são marcadas pela fuga ao estigma e também à fuga de marcadores sociais da diferença (como uma das entrevistadas, que não se percebe enquanto negra). Os efeitos dos estigmas e das construções morais do que seria um “bom beneficiário” de uma política social são fatores que dificultam a promoção de autonomia e de independência. Por terem que “comprovar” que apenas utilizam o dinheiro do benefício para os filhos, elas retiram suas liberdades de escolha e ignoram que elas também são parte da família (e precisam do dinheiro também para elas).

A necessidade de não se mostrar como uma beneficiária qualquer impede que as mulheres entrevistadas utilizem o dinheiro do benefício como bem entenderem. A imagem delas que elas trazem em suas narrativas demonstram o quanto é importante para elas se mostrarem diferente das outras, e o quanto é importante mostrar que são mães carinhosas, atenciosas e dedicadas.

Considerações finais

Trazendo o trabalho de Marins como um paralelo, percebemos que questões como construções valorativas sobre a imagem das mulheres de “boas mães” (quando cumprem com as funções exigidas socialmente) e de “más mães” (quando, na interpretação da vizinhança, a mulher não coloca seus filhos à frente de si mesma e/ou é ausente em determinadas funções) se aproximam da pesquisa da autora. O que aparece mais fortemente nas ainda poucas entrevistas que fizemos, é a fronteira entre elas e as outras beneficiárias. As entrevistadas assumem o papel de “boas mães” para legitimar o recebimento do benefício e para comprovar que estão direcionando o dinheiro transferido da melhor forma. Antes de se verem como sujeitos sociais e serem reconhecidas como mulheres portadoras de direitos, elas se veem como mães, que precisam assumir o papel de boa mãe e arcar com as imposições sociais da maternidade. Não veem como uma obrigação ou como uma carga. O alívio por terem o Bolsa Família, a gratidão por terem um emprego e o amor incondicional por seus filhos ofuscam sobrecargas de trabalho.

Assim, assumem papéis sociais direcionados à maternidade, colocando à frente as funções que cumprem enquanto mães. Se sentem realizadas por serem boas mães, por poderem dar o necessário para seus filhos e por terem determinadas ajudas. Disso, criam formas de

distinção entre elas e “as outras” para legitimar seu lugar enquanto mãe beneficiária: elas só o são porque precisam, porque não tem alternativa, porque pensam no melhor para seus filhos. “As outras”, na perspectiva delas, tem o benefício sem cumprir com seu papel principal: de ser uma boa mãe.

Desta forma, é difícil traçar uma perspectiva de defesa da autonomia da mulher quando esta não é posta para elas enquanto cidadãs e indivíduos. Para Walquíria Rego, essa conquista de autonomia pessoal foi possível para as beneficiárias. De acordo sua pesquisa¹¹ diversas beneficiárias entrevistadas apontaram que passaram a ser vistas com mais respeito e como compradoras confiáveis. Isto porque os donos das vendinhas e mercearias de seus bairros tinham confiança nelas de que os pagariam corretamente, já que todo mês receberiam o dinheiro do benefício. Além disso, muitas destacaram que passaram a se ver como parte de um todo social. Antes do BF, essas mulheres não se enxergavam enquanto cidadãs. E receber o benefício é entendido, por algumas delas, como uma conquista, um presente ou uma ajuda. Agora, elas são vistas pelo Estado. Essa confiança de que são boas compradoras e o reconhecimento de serem cidadãs que merecem receber um benefício social podem se mostrar como uma construção positiva de suas autoimagens e proporcionar um reconhecimento delas enquanto mulheres portadoras de direitos.

Contudo, mais próximo ao que Marins, Carloto e Mariano observaram em seus trabalhos, a autonomia aqui é limitada à mulher mãe. E confirma e reproduz uma representação do papel maternal e altruísta que as mães devem, socialmente, assumir. E o papel legitimador de um “bom beneficiário”, um “bom pobre”, que não utiliza o dinheiro redistribuído com qualquer coisa. A autonomia, pensada aqui, deve se expandir para além das relações familiares. As mulheres beneficiárias, para serem reconhecidas e terem suas imagens postas de forma positiva, devem se perceber como parte de um todo social, devem utilizar o dinheiro de forma livre e independente, sem medo de vigilâncias e controles morais. Além do mais, a ausência do Estado em promover capacitação, de auxiliar seus trabalhos na esfera doméstica e sua presença

¹¹ Pesquisa realizada por Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, que durou em média 5 anos, realizada com beneficiárias do Bolsa Família em cidades de Alagoas, Vale do Jequitinhonha, Piauí, Maranhão e Recife. O trabalho foi publicado em sua primeira edição no ano de 2013. Vale destacar aqui a diferença de campo e de perspectiva que traço em relação ao trabalho de Rego e Pinzani. Enquanto eles analisaram beneficiárias do Norte e Nordeste e do meio rural, eu faço uma pequena pesquisa de campo numa das maiores favelas do subúrbio carioca, onde entram, além da pobreza, outras variáveis, como localização, criminalidade, violência, estereótipos sobre moradores de favelas e etc.

de forma coercitiva e violenta dentro da comunidade são entraves para um reconhecimento enquanto cidadãs dessas mulheres e de seus filhos.

Essa produção de estigmas se dá, também, pela percepção do Bolsa Família no imaginário da sociedade brasileira. Ninguém diria que precisa merecer para utilizar o SUS ou sistema educacional público. Contudo, como o Bolsa Família não é entendido como um direito de cidadania, mas sim como uma “ajuda” do Estado.

Neste sentido, Flávia Biroli (2018), nos aponta que o acesso desigual a cuidados necessários e as várias dimensões das desigualdades de gênero, raça e classe constituem um problema para a democracia pois as tarefas do cuidar demandam tempo e, quando deslocadas para a esfera privatizada, demandam também dinheiro, dinheiro este que poderia ser utilizado pelas mulheres para outras necessidades, como suas próprias participações políticas. Aponta, também, como determinadas noções de autonomia dentro do debate liberal sobre democracia e justiça podem ser falhas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero, Família e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Vieira. 2005.

_____. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero, Família e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Vieira. 2005. p.p. 15-78.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico no Cotidiano das Mulheres. SOS Corpo. Recife. 2014.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre; RS: Zouk, 2007.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. “Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família”. In: Estudos Feministas, Vol. 17, no 3, pp. 901-908.

_____. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: 13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica. São Paulo: [S.n.], 2010.

- _____. Empoderamento, Trabalho e Cuidados: mulheres no programa Bolsa Família. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258 - 272, 2012
- COSTA, Albertina de Oliveira. Trabalho Remunerado e Trabalho Doméstico no Cotidiano das Mulheres. Recife, 2014.
- COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v.5 n.1. p.p. 6-17. 2017
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero in Vários autores. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, pp.7-16. 2004.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo. 1981 [2016].
- EGER, Talita Jabs; DAMO, Arlei Sander. Money and morality in the Bolsa Família. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.* [online]. 2014, vol.11, n.1, pp.250-284
- FBSAM. Relatório Oficina de Trabalho – Programa Bolsa Família. 2010. Centro Cultural de Brasília.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2004
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 10^a ed. 2002.
- _____. *Ritual de interação. Ensaio sobre o comportamento face a face*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo. Ed.34, 2003.
- IVO, Anete. “Georg Simmel e a ‘Sociologia da Pobreza’”. In: *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 21, p. 171-180. 2008.
- MACKEIGAN, Mary. *Putting people first: exploring the sustainable livelihoods approach in Waterloo*. Cambridge: Self-Help Food Bank, Janeiro, 2004.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Limitações para o empoderamento das mulheres nos programas de combate à pobreza. *GRUPO DE TRABALHO: Novas Sociologias – pesquisas interseccionais feministas, pós-coloniais e queer*. 2011.
- MARINS, Mani Tebet A. *Bolsa Família questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2017.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. Editora Unesp. 2^a edição. São Paulo. 2014.
- SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, n.1, p.49-68. 2011.
- SCAVONI, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogos com as ciências sociais. *Cadernos Pagu* (16). p.p.137-150. 2001.
- SORJ, Bila; GOMES, Carla. “O Gênero da ‘Nova Cidadania’: o Programa Mulheres da Paz”. *Sociologia & Antropologia*, v. 01, p. 147-164, 2011.

SPM. Bolsa família completa 10 anos com 93 de mulheres titulares. Disponível em: <<http://spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/09/20-09-bolsa-familia-completa-10-anos-com-93-de-mulheres-titulares>> Acesso em 30/05/2014.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: Vaitsman, Jeni; Sousa, Rômulo. Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados (Volume II- Bolsa Família e Assistência Social). Brasília, 2007, pp. 119-160.

TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. Edições Loyola. São Paulo. 2000.

_____. As fontes do self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

_____.et al. Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Piaget, 1998.

TELLES, Maria Sarah Silva. Viver na pobreza: experiência e representações de moradores de uma favela carioca. Novas edições acadêmicas. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro. 2008